

- XXXV -

## **A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E AS ORIENTAÇÕES DO BANCO MUNDIAL NOS GOVERNOS DE FHC E LULA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

**Erika Ramos Januario (UEM)**  
erikauem@gmail.com

**Renata da Silva Valério (UEM)**  
rehvalerio@gmail.com

**Marina Silveira Bonacazata Santos (UEM)**  
marina\_bonacazata@hotmail.com

### **INTRODUÇÃO**

O texto tem como objetivo analisar as políticas para o financiamento da educação presentes nas orientações do Banco Mundial (BM), nomeadamente no período que abrangeu os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Luís Inácio Lula da Silva (Lula) (2003-2010) do Partido dos Trabalhadores (PT). Entende-se que para investigar a influência que o BM exerceu no delineamento das políticas educacionais nesse período faz-se necessário compreender a ampla interferência ideológica dessa agência multilateral no campo educacional a partir da expansão da globalização nos países periféricos.

Com o fim da Guerra Fria e com a dissolução do bloco soviético, organismos e organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o BM, e a Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como as corporações transnacionais, passaram a pressionar os Estados nacionais na criação de reformas políticas, econômicas e sociais em todos os países, visando que estes se transformassem em espaços destinados ao mercado mundial e avançassem o desenvolvimento capitalista por todas as regiões do globo e em todos os setores (IANNI, 1999).

Nesta conjuntura, esses organismos, nomeadamente o BM, reconheceram a importância da reforma educacional que passou a obter o “[...] propósito de construir um amplo consenso, contribuindo para adequar a democracia às demandas de estabilidade política subjacentes ao modelo de desenvolvimento capitalista liberal” (BORGES, 2003, p. 2), ou seja, a educação ganha destaque nas reformas ao tornar-se fator imprescindível para o desenvolvimento dos países e criar o mesmo objetivo para todos, que é o do aperfeiçoamento e conservação do modelo econômico vigente.

Ao analisar a influência do BM para a educação dos países periféricos, incluindo o Brasil, iniciou-se alguns questionamentos: a) Quais são as orientações do BM para as reformas educacionais nesses países no que tange ao financiamento da educação? b) Quais as orientações presentes para o financiamento da educação no período que abrangeu os governos de FHC e Lula? O referencial teórico utilizado é de cunho histórico crítico, pois compreende-se que não é possível observar como se delineiam as políticas educacionais em determinado contexto, sem a apreensão da lógica global do sistema de produção vigente.

## DESENVOLVIMENTO

Ao elucidar sobre reformas educacionais é basilar a compreensão que essas adquiriram fortes influências dos Organismos Multilaterais, principalmente do BM que “[...] interfere na negociação de programas e projetos educacionais orientados e financiados” (MOREIRA, LARA, 2012, p.104) destinados aos países periféricos. Essas obtêm como característica tornarem-se um pacote para os países periféricos, obtendo como ponto fulcral: serem instituições descentralizadas, autônomas e responsáveis por seus resultados; melhorar a qualidade e eficácia da educação; invocar a participação da comunidade nos assuntos escolares; fortalecer a parceria com o setor privado nas tomadas de decisões e definição de políticas e estratégias baseadas nas análises econômicas (ALTMANN, 2002).

Com o objetivo de orientar esse pacote de reformas, o documento *Prioridades y Estrategias para La Educacion* (BANCO MUNDIAL, 1995)<sup>34</sup>, enfatizou a importância de priorizar a educação básica nos países periféricos, pautadas na ampliação do acesso à educação; mais equidade nos sistemas educacionais; elevação da qualidade; parcerias; desenvolvimento de fontes de financiamentos (BANCO MUNDIAL, 1995).

No que diz respeito ao financiamento, o BM (1995) prescreve que deve ser realizado as parcerias entre o público e privado, em que as escolas devam aceitar,

---

<sup>34</sup> Traduzido para língua portuguesa se refere a “Prioridades e Estratégias para a Educação”.

[...]a participación de las comunidades locales en los costos; la utilización de donaciones; el cobro de derechos en los niveles superiores de la educación; el fomento de la diversificación de los ingresos; la utilización de subsidios de capitación "al portador", certificados y créditos educacionales, y el financiamiento basado en el producto y en la calidad (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 146).<sup>35</sup>

O BM também estabelece como prioritária para suas ações no Brasil, as seguintes medidas: a) providenciar livros didáticos b) melhorar as habilidades dos professores c) elevar a capacidade de gerenciamento setorial (maior inserção entre estados e municípios) (VOLSI, 2006).

Essa maior integração entre Estados e municípios, pôde ser constatada no governo FHC, no qual a Constituição Federal (CF) de 1998, caracterizada pela descentralização financeira, permitiu a maior participação de Estado, e principalmente dos municípios na arrecadação tributária e na receita disponível (MOREIRA, 2015). A partir dessa CF, a Emenda nº 14 de 1996, criou um novo mecanismo de financiamento do ensino fundamental, sendo este o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que

Inspirado na orientação dos organismos internacionais de priorização do ensino fundamental, o FUNDEF, apesar de prometer desenvolver o ensino fundamental e valorizar o magistério, praticamente não trouxe recursos novos para o sistema educacional brasileiro como um todo, pois apenas redistribuiu, em âmbito estadual, entre o governo estadual e os municipais, uma parte dos impostos que já eram vinculados à MDE antes da criação do Fundo, com base no número de matrículas no ensino fundamental regular das redes de ensino estadual e municipais (DAVIES, 2006, p. 756).

Destarte, o Fundef foi uma política centralizada, que obteve sua importância ao ampliar o atendimento das crianças de 7 a 14 anos, considerando o ensino para essa faixa obrigatório, todavia, deixou de lado outras etapas do ensino, como a Educação Infantil.

Já em 2006 no governo Lula, a Emenda Constitucional nº 53, passa a substituir o Fundef pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização

---

<sup>35</sup> Traduzindo para a língua portuguesa significa: “[...]participação das comunidades locais nos custos; o uso de doações; a cobrança de direitos nos níveis mais altos de educação; a promoção da diversificação de renda; o uso de subsídios de capitação "portadora", certificados e créditos educacionais, e financiamento baseado no produto e na qualidade” (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 146, tradução nossa).

dos Profissionais da Educação (Fundeb). O Fundeb igualmente ao Fundef, é uma “[...] conta única de impostos estaduais e federais pertencentes constitucionalmente ao governo estadual e prefeituras de cada Unidade da Federação” (DAVIES, 2006, p. 760). Porém, a diferença crucial, além da abrangência do ensino para toda a Educação básica, é também sobre o montante arrecadado pelos entes federados. Conforme Moreira (2015) o Fundeb realiza sua distribuição baseada no cálculo do custo-aluno, que será repassado um valor fixado pela soma dos recursos estaduais depositados mais a complementação da União, sendo um avanço em comparação com o Fundef, pois o valor anual repassado por custo-aluno aumentou, obtendo também a participação da União.

## CONCLUSÃO

Apesar da breve consideração que permite esse texto, salienta-se que a partir de 1990, criou-se reformas em diversos setores públicos, principalmente no campo educacional, desenvolvendo articulações com os setores privados e com a sociedade, além de buscar uma maior inserção entre estados e municípios no que tange ao Financiamento. Com a criação de um fundo advindos de impostos, tanto o governo Lula como o anterior, não deixaram de responder a lógica neoliberal, da intensificação de medidas que priorizaram a relação do público *versus* privado.

## REFERÊNCIAS

- ALTMANN, H. **Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro.** Educ. Pesqui., ene./jun. 2002, vol.28, no.1, p.77-89.
- BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estrategias para la educacion:** Examen Del Banco Mundial. Washington, 1995.
- BORGES, A. Governança e política educacional: a agenda recente do banco mundial. **Rev. bras. Ci. Soc. [online].** vol.18, n.52, 2003
- DAVIES, N. FUNDEB: a redenção da educação básica?. **Rev. Educ. Soc.** vol.27 no.96 Campinas, 2006.
- IANNI, O. Globalização e a Crise do Estado-Nação. **Rev. Estudos da Sociologia.** São Paulo, v. 4, n. 6, 1999.
- MOREIRA, J. A. S.; **Políticas de financiamento e gestão da educação básica (1990-2010):** os casos Brasil e Portugal. Maringá – PR: EDUEM, 2015.

MOREIRA, J. A. S; LARA, A. M. B. **Políticas públicas para a Educação Infantil no Brasil (1990-2001)**. Maringá :Eduem, 2012.

VOLSI, M. E. F.. Políticas de financiamento do Banco Mundial para o setor educacional: um estudo da proposta do PROEM. In: **VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e educação no Brasil.** Campinas -SP, 2006.